

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	342.726.580
Preferenciais	0
Total	342.726.580
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.828.713	2.774.325
1.01	Ativo Circulante	2.060.089	2.035.800
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	258.696	144.152
1.01.03	Contas a Receber	534.485	514.768
1.01.03.01	Clientes	454.236	427.158
1.01.03.01.01	Contas a receber - Cartões de Crédito	408.020	386.192
1.01.03.01.02	Convênios a receber	29.967	28.006
1.01.03.01.03	Comissões a receber	1.040	1.330
1.01.03.01.04	Programa de Benefícios de Medicamentos - PBM	21.372	17.795
1.01.03.01.05	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-6.163	-6.165
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	80.249	87.610
1.01.04	Estoques	1.212.110	1.294.054
1.01.06	Tributos a Recuperar	54.798	64.586
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	54.798	64.586
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	18.240
1.01.08.03	Outros	0	18.240
1.01.08.03.04	Operações com Derivativos	0	18.240
1.02	Ativo Não Circulante	768.624	738.525
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	115.912	109.060
1.02.01.06	Tributos Diferidos	82.141	75.069
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82.141	75.069
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	33.771	33.991
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	24.844	24.144
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	8.927	7.627
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	0	2.220
1.02.02	Investimentos	99.822	102.338
1.02.02.01	Participações Societárias	88.596	91.923
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	88.596	91.923
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	11.226	10.415
1.02.02.02.01	Aplicações Financeiras	11.226	10.415
1.02.03	Imobilizado	522.895	498.565
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	522.895	498.565
1.02.04	Intangível	29.995	28.562
1.02.04.01	Intangíveis	29.995	28.562

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.828.713	2.774.325
2.01	Passivo Circulante	1.471.212	1.627.638
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	108.822	78.239
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	108.822	78.239
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	108.822	78.239
2.01.02	Fornecedores	846.140	996.912
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	846.140	996.912
2.01.03	Obrigações Fiscais	80.098	77.720
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.059	32.669
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	48.639	43.719
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.400	1.332
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	390.946	418.065
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	315.176	347.001
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	315.176	347.001
2.01.04.02	Debêntures	68.511	65.002
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.259	6.062
2.01.05	Outras Obrigações	45.206	56.702
2.01.05.02	Outros	45.206	56.702
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	21.357	27.976
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	3.858	5.061
2.01.05.02.06	Aluguéis a pagar	17.425	23.665
2.01.05.02.07	Operações com derivativos	2.566	0
2.02	Passivo Não Circulante	472.719	268.858
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	437.153	237.922
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	382.840	185.457
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	382.840	185.457
2.02.01.02	Debêntures	34.353	34.277
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	19.960	18.188
2.02.02	Outras Obrigações	27.058	24.077
2.02.02.02	Outros	27.058	24.077
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a recolher	25.034	24.077
2.02.02.02.04	Operações com derivativos	2.024	0
2.02.04	Provisões	8.508	6.859
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.508	6.859
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	8.508	6.859
2.03	Patrimônio Líquido	884.782	877.829
2.03.01	Capital Social Realizado	382.727	382.727
2.03.02	Reservas de Capital	390.156	390.156
2.03.04	Reservas de Lucros	111.899	104.946
2.03.04.01	Reserva Legal	30.919	30.919
2.03.04.03	Reserva para Contingências	6.953	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	74.027	74.027

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.461.123	1.259.248
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.009.911	-871.263
3.03	Resultado Bruto	451.212	387.985
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-416.452	-330.782
3.04.01	Despesas com Vendas	-364.932	-289.913
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-46.467	-40.241
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.037	217
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.763	-680
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.327	-165
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.760	57.203
3.06	Resultado Financeiro	-32.278	-64.949
3.06.01	Receitas Financeiras	41.765	188.182
3.06.02	Despesas Financeiras	-74.043	-253.131
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.482	-7.746
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.471	11.474
3.08.01	Corrente	-2.601	-22.487
3.08.02	Diferido	7.072	33.961
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.953	3.728
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.953	3.728
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02	0,01
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,02	0,01

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	6.953	3.728
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.953	3.728

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-24.221	76.001
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	42.085	19.289
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	6.953	3.728
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	18.205	11.321
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos e debêntures tomados	7.179	14.121
6.01.01.05	Ganhos (perdas) com operações de Swaps	25.002	96.930
6.01.01.06	Variação Cambial	-12.102	-79.995
6.01.01.07	Constituição (reversão) da provisão para contingências	1.649	0
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	2.601	0
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-7.072	-33.961
6.01.01.10	Juros sobre arrendamento mercantil	95	0
6.01.01.12	Perda (ganho) na equivalência patrimonial	3.327	165
6.01.01.13	Realização (constituição) de tarifas antecipadas	-3.368	967
6.01.01.14	Valor justo de financiamentos atrelados a instrumento de hedge	127	6.013
6.01.01.15	Provisão para encerramento de loja	-1.180	0
6.01.01.16	Alienação líquida dos bens do ativo imobilizado e intangível	1.731	0
6.01.01.17	Efeito do Ajuste a Valor Presente nos ativos e passivos	2.437	0
6.01.01.18	Reversão das despesas arrendamento	-2.439	0
6.01.01.19	Provisão para realização de recebíveis	-4.481	0
6.01.01.20	Provisão para realização de estoques	3.421	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.330	70.014
6.01.02.01	(Aumento) redução em arrecadação de recursos de terceiros	0	3.226
6.01.02.02	(Aumento) redução em contas a receber de clientes	-27.134	-15.236
6.01.02.03	(Aumento) redução nos estoques	81.564	-43.772
6.01.02.04	(Aumento) redução nos impostos a recuperar	9.088	-14.639
6.01.02.05	(Aumento) redução em outros créditos	10.174	8.536
6.01.02.06	(Aumento) redução em fornecedores	-154.277	84.337
6.01.02.07	(Aumento) redução em impostos e contribuições a recolher	734	25.371
6.01.02.09	Aumento (redução) em salários e férias a pagar	30.583	26.734
6.01.02.10	Aumento (redução) em arrecadação de terceiros	-6.619	-2.450
6.01.02.11	Aumento (redução) em outras contas a pagar	-7.443	-2.093
6.01.03	Outros	-2.976	-13.302
6.01.03.01	Pagamento de empréstimos tomados - juros	-2.976	-13.302
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-40.384	-37.777
6.02.03	Aquisição em outros investimentos	-811	-90
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-36.777	-36.491
6.02.05	Aquisição de intangível	-2.796	-1.196
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	179.149	-27.830
6.03.01	Empréstimos tomados - Principal	212.720	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Principal	-33.619	-23.863
6.03.03	Juros sobre capital próprio pagos	0	-3.967
6.03.04	Liquidação dos swaps – efeito caixa	48	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	114.544	10.394
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	144.152	296.744

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	258.696	307.138

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	390.156	104.946	0	0	877.829
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	390.156	104.946	0	0	877.829
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.953	0	6.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.953	0	6.953
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	382.727	390.156	104.946	6.953	0	884.782

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	397.357	102.860	0	46	882.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	397.357	102.860	0	46	882.990
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.754	-26	3.728
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.728	0	3.728
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	26	-26	0
5.05.02.06	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	26	-26	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	382.727	397.357	102.860	3.754	20	886.718

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	1.526.151	1.306.324
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.525.114	1.306.107
7.01.02	Outras Receitas	1.037	217
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.035.021	-883.890
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-889.719	-767.773
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-145.302	-116.117
7.03	Valor Adicionado Bruto	491.130	422.434
7.04	Retenções	-18.205	-11.321
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.205	-11.321
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	472.925	411.113
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.819	15.884
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.327	-165
7.06.02	Receitas Financeiras	19.146	16.049
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	488.744	426.997
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	488.744	426.997
7.08.01	Pessoal	190.393	158.316
7.08.01.01	Remuneração Direta	160.630	134.619
7.08.01.02	Benefícios	17.770	13.467
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.993	10.230
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	216.073	180.430
7.08.02.01	Federais	43.076	36.831
7.08.02.02	Estaduais	168.232	140.432
7.08.02.03	Municipais	4.765	3.167
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.325	84.523
7.08.03.01	Juros	21.560	42.665
7.08.03.02	Aluguéis	53.765	41.858
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.953	3.728
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.953	3.728

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho 1T17**

Fortaleza, Ceará, 12 de maio de 2017. Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia" ou "Pague Menos"), única rede do varejo farmacêutico brasileiro presente em todos os estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal, e que leva saúde a mais de 350 municípios brasileiros, anuncia seus resultados referentes ao 1º trimestre findo em 31 de março de 2017.

As informações trimestrais financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e foram examinadas pelos auditores independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Estes demonstrativos são apresentados em Reais, todas as taxas de crescimento referem-se ao mesmo período de 2016.

Principais Destaques

- **Novas lojas:** 977 lojas em operação (abertura de 39 filiais e 14 encerramentos);
- **Receita Bruta:** R\$ 1,5 bilhões, crescimento de 16,9%;
- **Same Store Sales:** Crescimento de 7,4%;
- **Margem Bruta:** 29,2% da receita bruta, redução de 0,1 p.p;
- **EBITDA:** R\$ 56,3 milhões, margem de 3,6% e redução de 1,6 p.p;
- **Lucro Líquido:** R\$ 7,0 milhões, crescimento de 86,5%;

Destaques Financeiros (em R\$ mil)	1T16	1T17	T / T
Receita Bruta	1.322.181	1.546.082	16,9%
Lucro Bruto	387.985	451.212	16,3%
Margem Bruta	29,3%	29,2%	-0,1 p.p.
Despesas com Vendas	(285.087)	(351.194)	23,2%
Despesas Administrativas e Gerais	(34.209)	(43.726)	27,2%
EBITDA	68.689	56.292	-18,0%
Margem EBITDA	5,2%	3,6%	-1,6 p.p.
Lucro Líquido	3.728	6.953	86,5%
Margem Líquida	0,3%	0,4%	0,1 p.p.

Destaques Operacionais	1T16	1T17	T / T
# de Lojas	849	977	128
# de Atendimentos (em mil)	27.325	29.225	7,0%
# de Funcionários	19.540	20.811	6,5%
# de Farmacêuticos	2.206	2.466	11,8%
Ticket Médio (em R\$)	48,39	52,90	9,3%

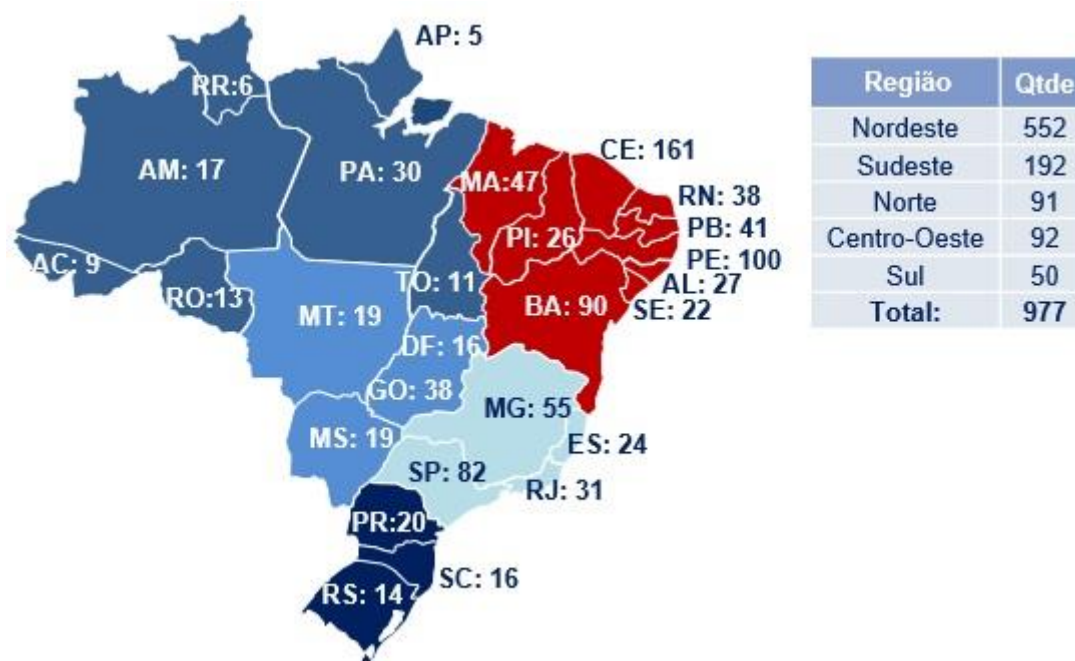
Comentário do Desempenho

Expansão da Rede

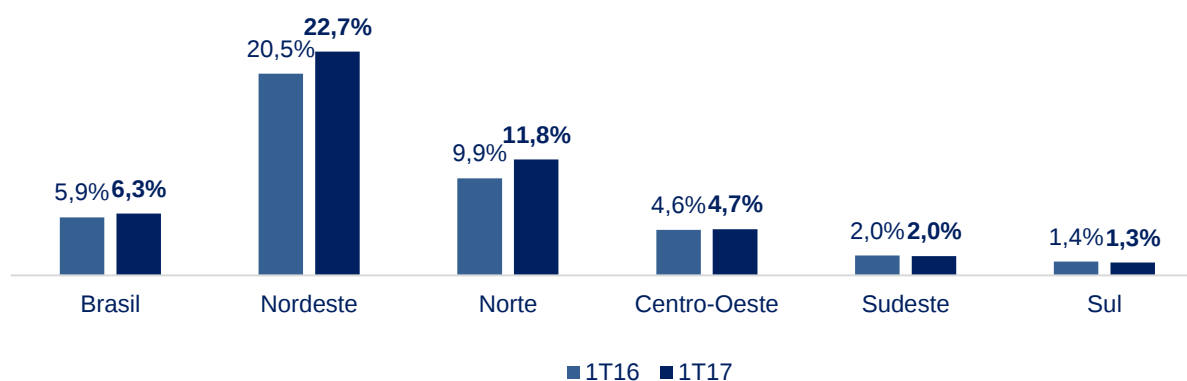
Inauguramos 39 novas lojas no 1T17 e encerramos 14, finalizando o período com 25 novos pontos de vendas (líquido de encerramentos) e 82 novas lojas em construção, das quais 12 se localizavam em novos municípios.

Das 14 lojas encerradas, 3 lojas maduras foram transferidas para pontos comerciais mais favoráveis, alinhados com nossa estratégia de abertura de lojas em esquinas e com maior número de vagas de estacionamento, 8 lojas maduras foram fechadas e 3 lojas em maturação encerradas, representando correções normais do processo vigoroso de expansão, fortalecendo o nosso compromisso de otimização da rede e rentabilidade das lojas.

No encerramento do período, as lojas estavam distribuídas conforme o mapa abaixo.:



Nosso *Market Share* nacional atingiu **6,3%** no **1T17**, representando crescimento de **0,4** pontos percentuais. Os dados de participação de mercado foram ajustados pelo *IMS Health* e não consideram os novos entrantes a fim de preservar a comparabilidade histórica. Segue abaixo a evolução do *Market Share* por região:

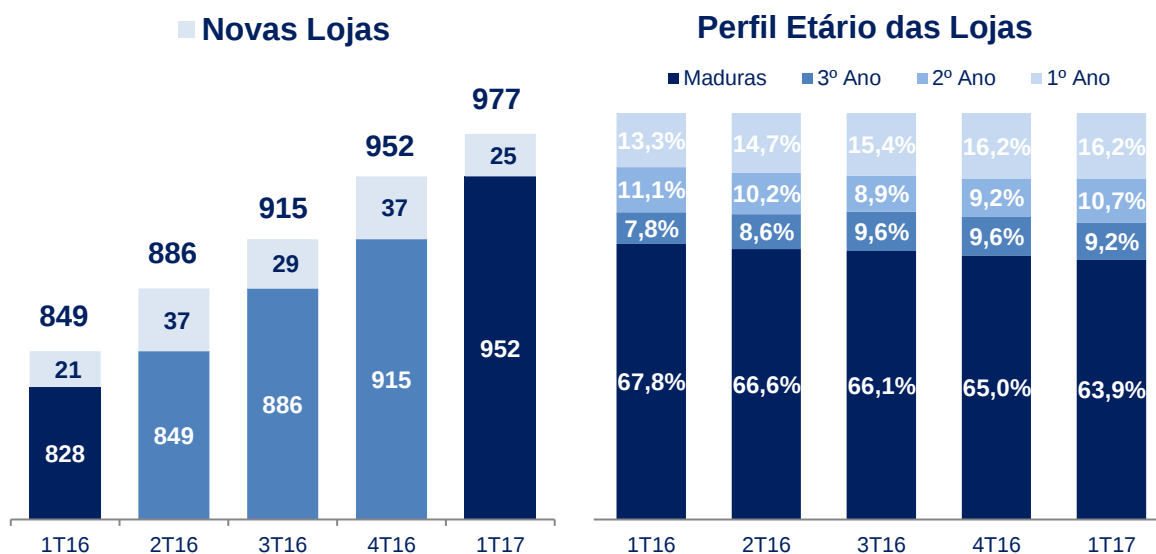


Fonte: IMS Health

Comentário do Desempenho

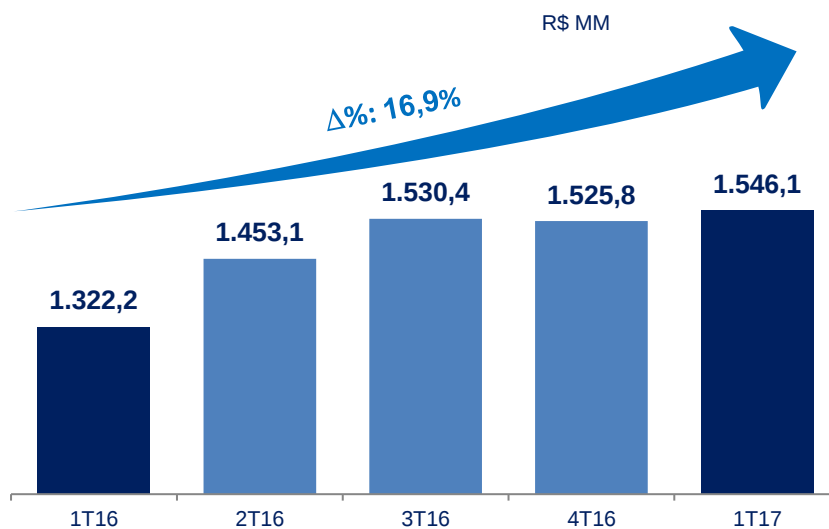
A participação de mercado cresceu em todas as regiões. O principal destaque foi a região Nordeste, onde registramos participação de **22,7%**, crescimento de **2,2** pontos percentuais, seguida pela região Norte, cujo crescimento foi de **1,9** p.p.

Ao final do período, possuíamos 36,1% das lojas em estágio de maturação (lojas com até 3 anos), dessa forma não tendo ainda atingido todo o seu potencial. A proporção de lojas em maturação passou de 32,2% no 1T16 para 36,1% no 1T17.



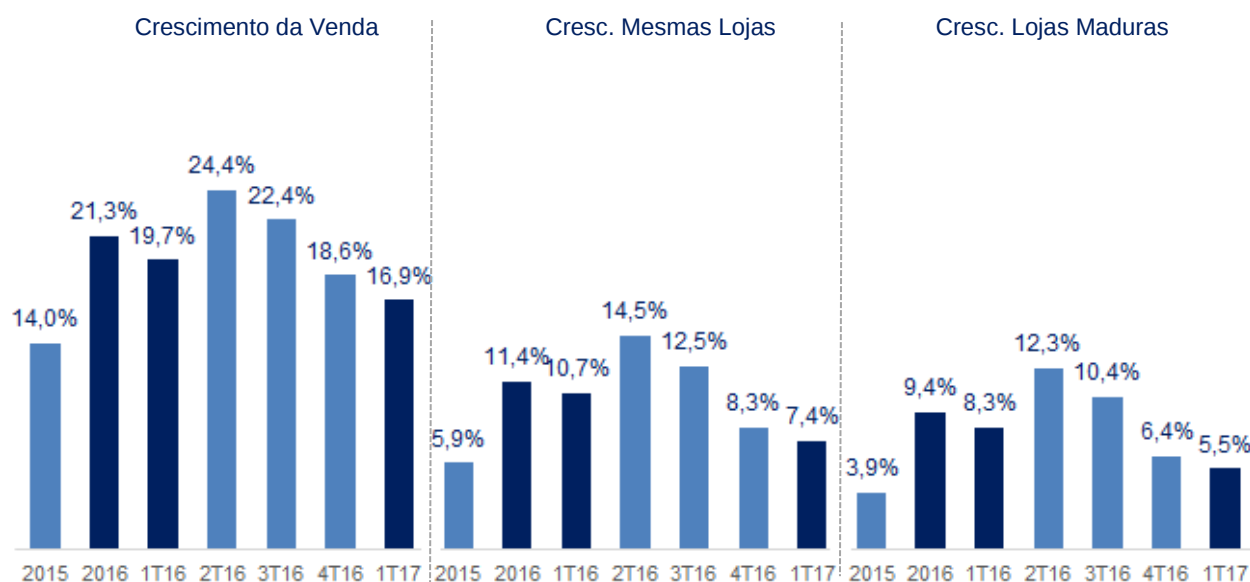
Receita Bruta de Vendas

A receita bruta em 2016 somou R\$ 1,546 bilhões, registrando crescimento de 16,9% em relação ao 1T16.



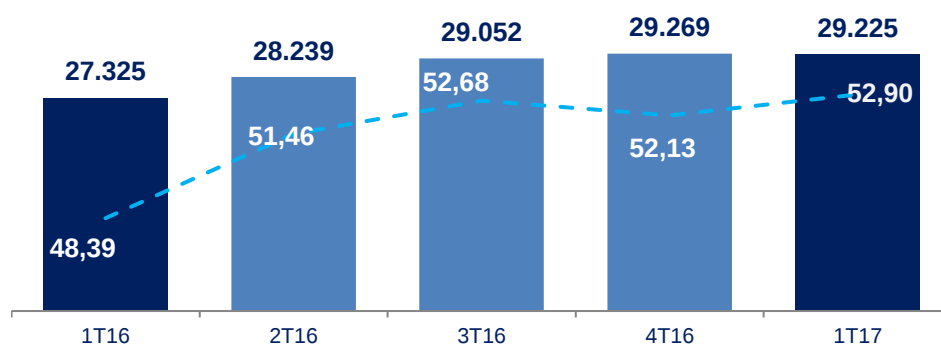
Registramos crescimento nas vendas de mesmas lojas (*Same-Store Sales*) de 7,4% e nas lojas maduras de 5,5% em 2016.

Comentário do Desempenho



O ticket médio cresceu 9,3% no 1T17, passando de R\$ 48,39, em 2015, para R\$ 52,90 no 1T17.

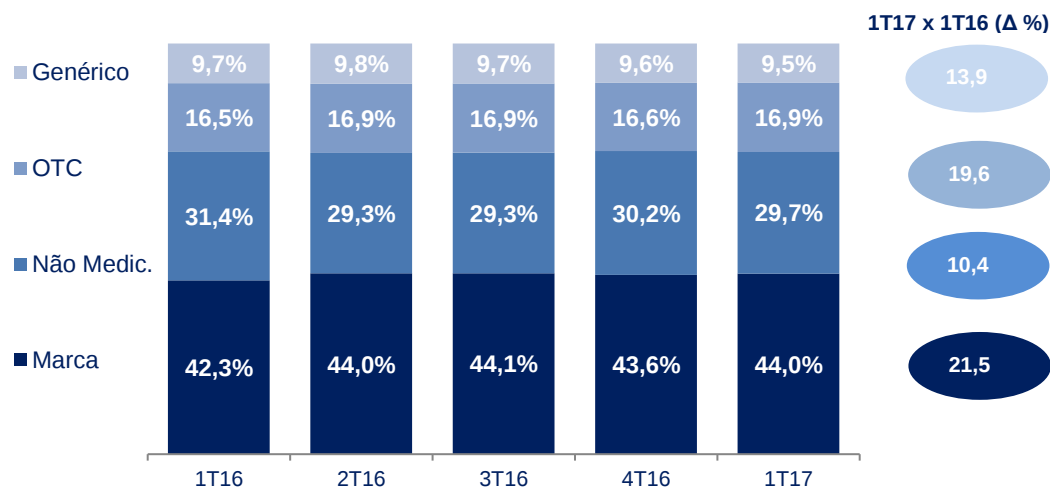
Cupons Milhares x Ticket Médio R\$



Comentário do Desempenho

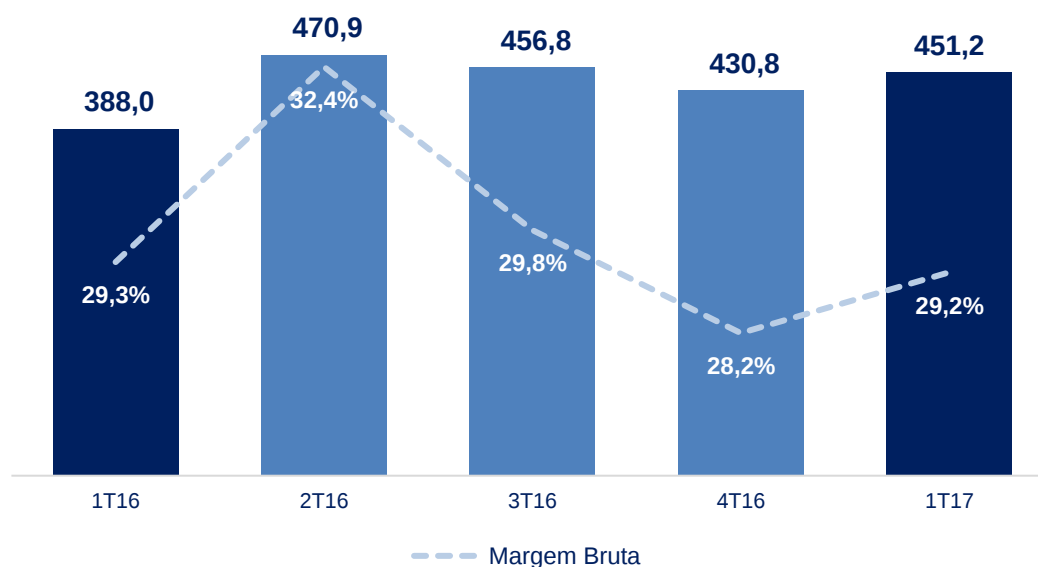
Mix de Vendas

No 1T17, a venda de medicamentos de marca cresceu 21,5% impulsionado pelo aumento nos preços, representando incremento no mix de vendas de 1,7 p.p.



Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$ 451,2 milhões no 1T17, crescimento de 16,3% em comparação com o 1T16. A margem bruta¹ foi de 29,2%, representando retração de -0,1 p.p. em comparação com 1T16.

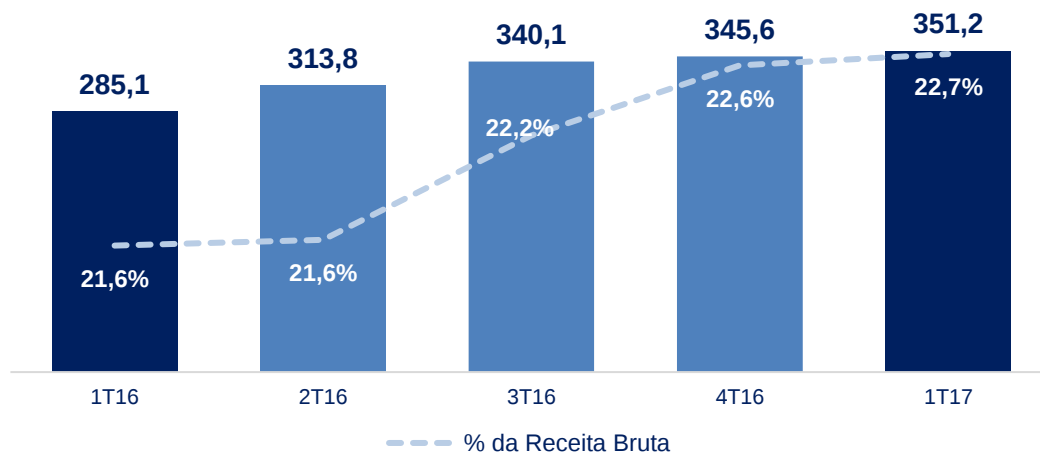


¹ Calculada sobre a receita bruta

Comentário do Desempenho

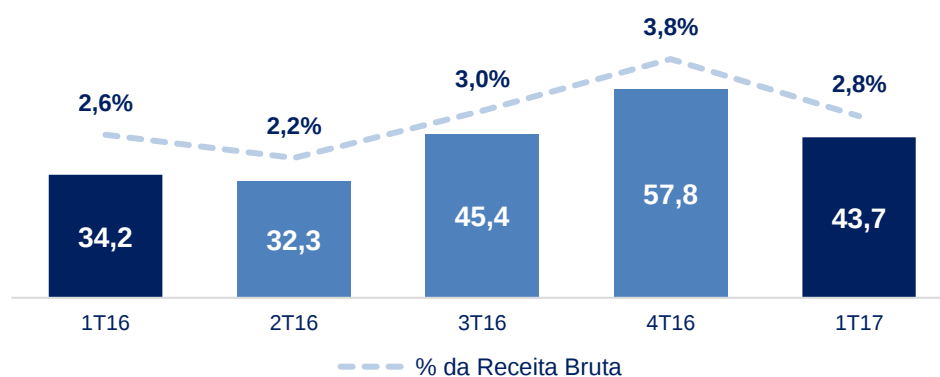
Despesas com Vendas

No 1T17, as despesas com vendas totalizaram R\$ 351,2 milhões (R\$ 285,1 milhões no 1T16), equivalente a 22,7% da receita bruta, aumento de 1,1 p.p em relação ao 1T16. Este acréscimo deve-se principalmente ao incremento na proporção de lojas em estágio de maturação (32,2% no 1T16 e 36,1% no 1T17) e gastos aplicados para otimizar as estruturas e ferramentas de precificação, gestão de categorias e prevenção de perdas.



Despesas Administrativas e Gerais

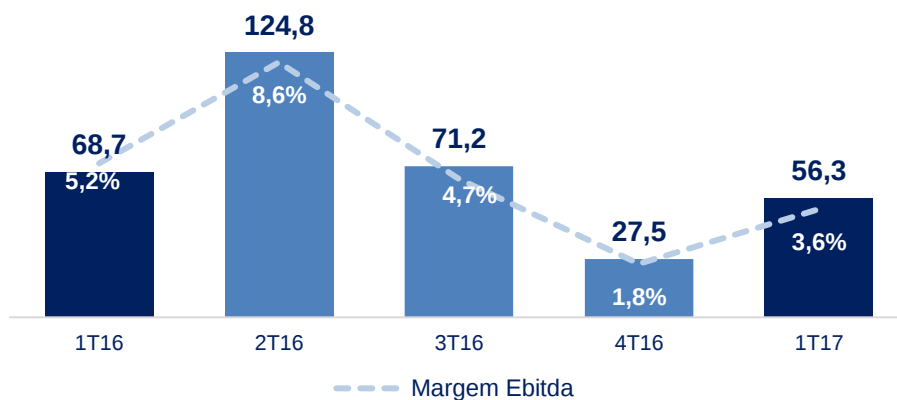
As despesas administrativas e gerais totalizaram R\$ 43,7 milhões no 1T17 (R\$ 34,2 milhões no 1T16), equivalente a 2,8% da Receita Bruta (2,6% no 1T16).



Comentário do Desempenho

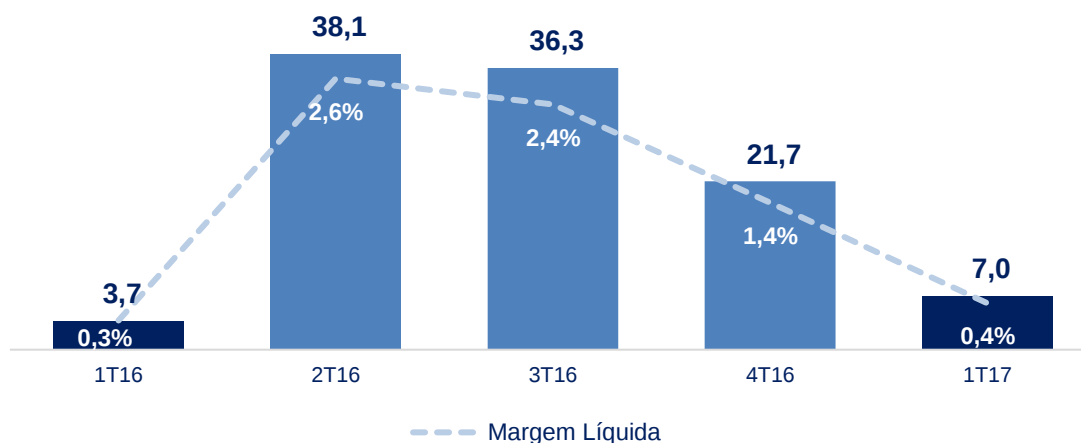
EBITDA

No 1T17 o Ebitda foi de R\$ 56,3 milhões, margem de 3,6%, retração de 1,6 pontos percentuais em relação ao 1T16. A margem Ebitda foi impactada principalmente ao incremento na proporção de lojas em estágio de maturação (32,2% no 1T16 e 36,1% no 1T17) e gastos aplicados para otimizar as estruturas e ferramentas de precificação, gestão de categorias e prevenção de perdas.



Lucro Líquido

O lucro líquido totalizou R\$ 7,0 milhões no período (R\$ 3,7 milhões no 1T16), incremento de 86,5% e margem líquida de 0,4% (0,3% no 1T16).

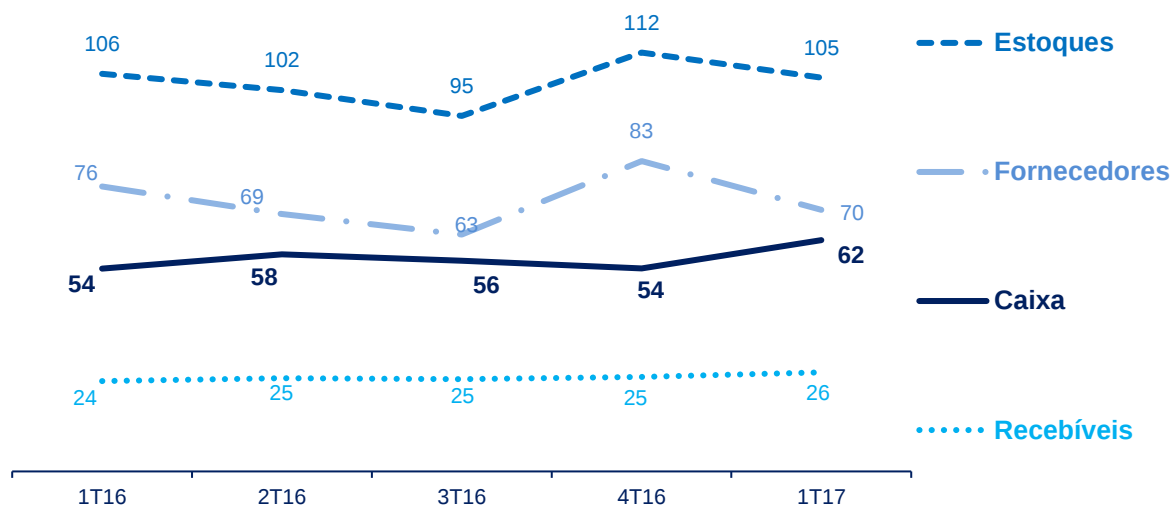


O lucro líquido foi favorecido pela queda nas despesas financeiras líquidas em 70,7% e do efeito positivo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos decorrentes de diferenças temporárias reconhecidas no 1T17.

Comentário do Desempenho

Ciclo de Caixa

Aumento de 8 dias no Ciclo de Caixa no 1T17 (62 dias no 1T17 e 54 dias no 1T16), causado principalmente pela redução de 6 dias no Prazo Médio de Pagamentos.



Para o cálculo do Prazo Médio de Estoques e do Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores foram desconsiderados o AVP (Ajuste a Valor Presente) componente de ambas as contas, conforme Notas Explicativa nºs. 8 e 14, bem como também foram desconsiderados os valores dos Créditos por Devoluções de Fornecedores.

Fluxo de Caixa

Registramos Fluxo de Caixa Operacional negativo de R\$ 24,2 milhões no 1T17, ante R\$ 76,0 milhões positivos no 1T16 causado principalmente pelos investimentos realizados em estoques de R\$ 81,6 milhões.

O Fluxo de Caixa de Investimentos, por sua vez, consumiu R\$ 40,4 milhões no 1T16 ante R\$ 37,8 milhões no 1T16. Este consumo é explicado pela abertura das 39 lojas no período e pelos pagamentos relacionados a construção das 82 lojas que estão em andamento ou em fase de inauguração.

Consequentemente o fluxo de caixa livre foi R\$ 64,6 milhões negativo no período ante R\$ 38,2 milhões positivo em 1T16.

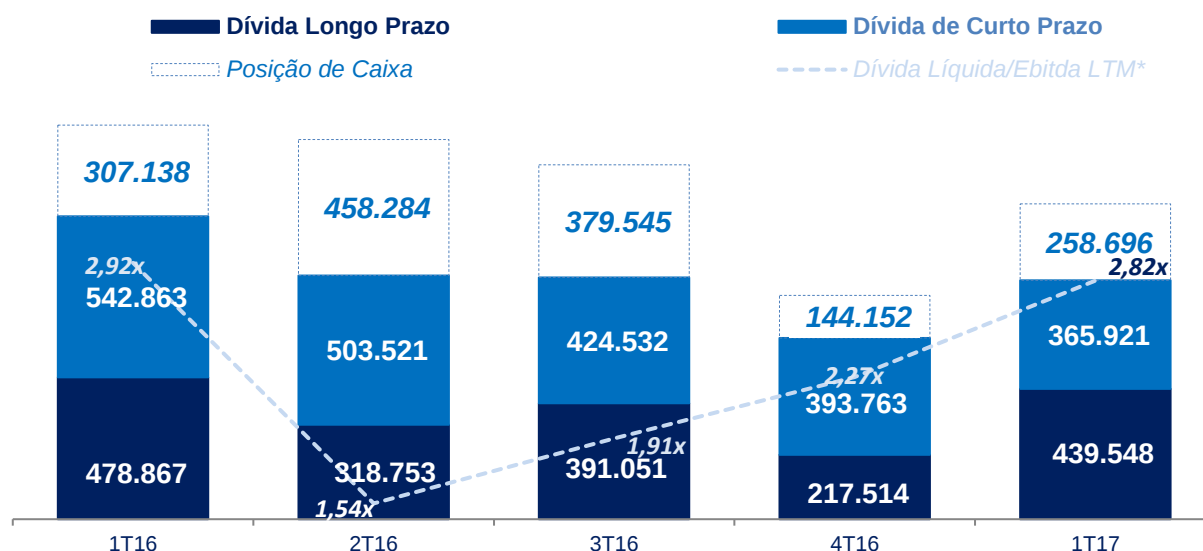
O Fluxo de Caixa de Financiamentos foi positivo em R\$ 179,1 milhões ante R\$ 27,8 milhões no 1T16.

Por fim, tivemos a geração de caixa foi R\$ 114,5 milhões positiva no 1T17 frente aos R\$ 10,4 milhões no 1T16.

Endividamento

A Dívida Líquida no final do 1T17 foi de R\$ 546,8 milhões, representando redução de R\$ 167,8 milhões ante ao fechamento do mesmo período de 2016. O Caixa e Equivalentes sobre Dívida de Curto Prazo representou 39,4% e Dívida de Curto Prazo sobre Dívida Total representou 54,6%.

Comentário do Desempenho



*Ebitda LTM contábil, sem eventos não recorrentes.

Resultado Financeiro líquido

Encerramos o 1T17 com Resultado Financeiro líquido negativo de R\$ 32,3 milhões (R\$ 64,9 milhões no 1T16), representando diminuição nas despesas financeiras líquidas de 48,8% em comparação ao 1T16. A variação nas despesas financeiras líquidas é decorrente principalmente da queda dos juros sobre empréstimos, influenciada pela redução de dívida líquida e redução das despesas com variação cambial e do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação totalizaram R\$ 18,2 milhões no 1T17 (R\$ 11,3 milhões no 1T16), representando 1,2% da receita bruta aumento de 0,3 p.p. quando comparado ao 1T16, em função da abertura de novas lojas e ao reconhecimento dos contratos de arrendamento financeiro de equipamentos de informática.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia

A Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, Rua Senador Pompeu, nº 1.520, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria "A", junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 21 de outubro de 2011.

A Companhia realiza suas vendas por meio de 977 lojas (952 em 2016), distribuídas em todos os Estados da Federação. As lojas são abastecidas por quatro centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia e Goiás.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2017 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de maio de 2017.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações trimestrais foram aplicadas de maneira consistente com aquelas divulgadas na mesma nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	24.462	50.875
Aplicações financeiras de curto prazo	234.234	93.277
Fundo de investimento	170.000	-
CDB	35.637	18.690
Debêntures compromissadas	25.493	70.449
Outros	3.104	4.138
Total	258.696	144.152

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras nacionais de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), com percentuais que variam de 92,0% a 102,3% em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, sendo ativos financeiros de liquidez imediata. Estas operações possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Para as debêntures compromissadas, as instituições financeiras que efetuaram a venda desses títulos garantem o risco de crédito e a liquidez imediata sem perda de rendimento.

Em 31 de março de 2017, a Companhia possui registrado em caixa o montante de R\$4.963 (R\$ 27.976 em 31 de dezembro de 2016) referente a recursos recebidos na atividade de correspondente bancário. A Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores em sua rede de farmácias e repassa ao titular do direito a cada três dias, em média. A obrigação de repasse está registrada no passivo circulante na conta de “arrecadação de recursos de terceiros”.

Notas Explicativas

5. Contas a receber de clientes

	31/03/2017	31/12/2016
Cartões de crédito a receber (a)	408.020	386.192
Convênios a receber (a)	29.967	28.006
Programa de Benefícios de Medicamentos – PBM	21.372	17.795
Comissões a receber	1.040	1.330
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.163)	(6.165)
Total	454.236	427.158

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), os saldos estão ajustados a valor presente, considerando um prazo médio de recebimento entre 48 e 54 dias e taxa média de captação de recursos.

- (a) A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente:

	31/03/2017
A vencer	457.779
Vencidos	
1 a 30 dias	1.273
31 a 60 dias	1.528
61 a 90 dias	-
Acima de 90 dias	4.698
	465.548

A Companhia constituiu uma provisão para perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$6.163, que reflete a melhor estimativa da Companhia sobre perdas esperadas no recebimento de clientes. A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/03/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(6.165)
Adições	(366)
Baixas/Reversões	368
Saldo em 31 de março de 2017	(6.163)

Parte dos saldos a receber de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia, os detalhes encontram-se divulgados nas Notas Explicativas nºs 14 e 15.

Notas Explicativas

6. Estoques

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Mercadorias de revenda (a)	1.259.111	1.337.638
Materiais para uso e consumo	4.852	4.848
Provisão para perdas nos estoques	(51.853)	(48.432)
	<u>1.212.110</u>	<u>1.294.054</u>

(a) Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), os saldos de estoques sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 47 e 95 dias e taxa média de captação de recursos.

A Companhia reconheceu uma provisão para perdas com estoques vencidos e avariados e para os estoques de baixo giro. A movimentação da provisão para realização dos estoques com mercadorias para revenda está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(48.432)
Adições	(3.421)
Saldo em 31 de março de 2017	<u>(51.853)</u>

Em 31 de março de 2017, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$1.009.044 (R\$871.263 em 31 de março de 2016), incluindo as provisões para realização de estoques reconhecidas como perdas com estoques vencidos e avariados e estoques de baixo giro, bem como as perdas de inventários, no montante de R\$11.658 (R\$7.851 em março de 2016).

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "Custo das mercadorias vendidas".

Para o período findo em 31 de março de 2017 não havia estoques dados como penhor de garantias a passivos.

Notas Explicativas

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/03/2017	31/12/2016
ICMS (a)	6.259	9.422
IRPJ e CSLL (b)	22.577	21.950
PIS e COFINS (c)	27.596	35.401
IRRF (d)	3.716	3.039
INSS (e)	19.139	18.574
Outros	355	344
Total	79.642	88.730
Circulante	54.798	64.586
Não circulante	24.844	24.144

- (a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): é resultante do regime de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações de impostos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.
- (d) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): são créditos de imposto de renda retido dos rendimentos das aplicações financeiras e dos valores recebidos pelas liquidações das parcelas dos *swaps*.
- (e) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): são créditos de INSS referente a pagamentos a maior efetuados em períodos anteriores.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

	31/03/2017	31/12/2016
Abertura dos créditos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal (b)	61.631	62.769
Diferenças temporárias	20.510	12.300
Total	82.141	75.069
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo	249.178	240.896
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo	(167.037)	(165.827)
Efeito líquido	82.141	75.069

a) Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	31/03/2017	31/03/2016
(Prejuízo)/lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social		
[A]	2.482	(7.746)
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	844	(2.634)
Adições permanentes: [E]	7.877	4.060
Efeito caixa pela liquidação dos swaps (Lei nº 11.951/04)	3.317	3.895
Equivalência patrimonial	3.327	-
Outras adições permanentes	1.233	165
Exclusões permanentes: [F]	23.510	30.060
Efeito caixa pela liquidação dos swaps (Lei nº 11.951/04)	3.270	-
Subvenção para investimento	20.149	19.494
Outras exclusões permanentes	91	10.566
Imposto de renda e contribuição social (corrente) e diferido no resultado do período após adições/exclusões [C] + ([E] - [F])*34% = [G]	4.471	11.474
Alíquota efetiva [G]/[A]	33,9%	34%

Notas Explicativas**8. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação****b) Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa (CSLL)**

A movimentação dos saldos existentes entre 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 pode assim ser demonstrada:

	<u>IRPJ e CSLL</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	<u>79.547</u>
Compensação de prejuízo fiscal	<u>(16.778)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>62.769</u>
Compensação de prejuízo fiscal	<u>(1.138)</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>61.631</u>

c) Composição dos tributos diferidos

	<u>Saldos em 31/12/2015</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldos em 31/12/2016</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldos em 31/03/2017</u>
Custo atribuído	(19)	19	-	-	-
Capitalização dos juros	(3.675)	(2.026)	(5.701)	(292)	(5.993)
Ajuste a valor de mercado dos <i>swaps</i>	(82.799)	66.979	(15.820)	8.501	(7.319)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>hedge accounting</i>	(2.296)	3.527	1.231	43	1.274
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	79.547	(16.778)	62.769	(1.138)	61.631
Arredamento mercantil financeiro	-	440	440	(191)	249
Provisão para encerramento de lojas	-	864	864	(401)	463
Provisão para realização dos estoques	-	16.467	16.467	1.163	17.630
Outras provisões	(2.245)	17.064	14.819	(613)	14.206
Total	<u>(11.487)</u>	<u>86.556</u>	<u>75.069</u>	<u>7.072</u>	<u>82.141</u>

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

d) Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados, a Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal e base negativa a compensar, conforme segue:

Anos	31/03/2017
2017	14.408
2018	22.639
2019	24.584
Total	<u>61.631</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias está condicionada a eventos futuros que tornarão as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram os respectivos resultados, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas--Continuação

Partes relacionadas	Natureza da operação	31/03/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Fornecedores							
Biomatika Ind. e Com. de Produtos Naturais S.A. (e)	Fornecimento de mercadorias	-	1.457	1.504	-	624	9.644
ePharma PBM do Brasil S.A. (d)	Gerenciamento de programas de benefícios	5.494	-	664	5.805	173	2.489
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (f)	Transporte rodoviário de mercadorias	-	4.600	16.590	9	7.257	77.952
Arrecadação de recursos de terceiros							
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (c)	Arrecadação de recursos de terceiros	90	-	7.389	-	245	8.912
Aluguel							
Renda Participações S.A. (a)	Arrendamento de imóveis	360	512	1.454	-	391	5.685
Dupar Participações S.A. (b)	Arrendamento de imóveis	1.100	6.968	16.501	-	13.542	70.285
Dividendos e juros sobre capital próprio	JSCP	-	-	-	-	-	51.430
Acionistas		-	-	-	-	-	-
Total		7.044	13.537	44.102	5.814	22.232	226.397

- (a) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A, e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa nº 17.
- (b) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa nº 16.
- (c) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
- (d) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.
- (e) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.
- (f) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. - Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral.

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas--Continuação

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05(R1) (IAS 24), porém, não possuíram transações no período:

- Gráfica Boa Letra Ltda.;
- Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Boa Terra - Corretora de Seguros Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Grêmio Recreativo Pague Menos;
- Sevla Participações S.A.;
- Pague Menos Comércio e Importação Ltda.; e
- Pague Menos Fidelização e Eventos Ltda.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

A remuneração total dos administradores e do Conselho de Administração totalizou R\$1.055 no período findo em 31 de março de 2017 (R\$967 em 2016). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego.

Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos, sem custo para a Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Saldo garantido em 31/03/2017	Saldo garantido em 31/12/2016
Francisco Deusmar de Queirós	139.671	145.310
Aval	139.671	145.310
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves	216.314	209.603
Aval	216.314	209.603
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge	35.954	36.632
Aval	35.954	36.632
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves e cônjuges	350.523	151.804
Aval	299.319	105.590
Fiança	51.204	46.214
Francisco Deusmar de Queirós e Dupar Participações S.A.	66.389	70.849
Aval	55.489	59.940
Imóvel	10.900	10.900

Notas Explicativas

10. Investimentos

Em 31 de março de 2017, o saldo e a movimentação do investimento da Companhia está demonstrado a seguir:

	Participação no capital		Saldo em 31/12/2016	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/03/2017
e-Pharma PBM do Brasil S.A.	26,21%	Investimento	10.085	(3.327)	6.758
	-	Agio	81.838	-	81.838
					<u>88.596</u>

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia assinou Contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 26,21% das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Para compra da participação societária da e-Pharma PBM do Brasil S.A. por meio da aquisição de 26,21% de suas ações, a Companhia pagou à vista, em moeda nacional, um valor total de R\$90.000 ao acionista detentor dessas ações, o qual faz parte do quadro acionário da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o cálculo para a aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A.:

	2015
Balanço patrimonial da e-Pharma PBM do Brasil S.A.	
Patrimônio líquido	31.141
Participação adquirida na Companhia coligada	26,21%
Investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial	8.162

A compra de 26,21% das ações da ePharma PBM do Brasil S.A. correspondem a R\$8.162 do patrimônio líquido desta, conseqüentemente, foi pago ágio, considerando a diferença calculada entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida, baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838.

O ágio apurado na aquisição do investimento da ePharma PBM do Brasil S.A. é testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa e não apresentou indicativo de *impairment* em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

	Obras em andamento	Benefícios em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2016	28.006	373.392	31.568	58.763	38.845	3.879	13.548	44.013	11.709	603.523
Adições	27.320	94.548	13.772	16.712	9.352	72	303	32.725	4.336	199.140
Capitalização de juros (CPC 20)	-	6.949	-	-	-	-	-	-	-	6.949
Transferências	(22.405)	16.774	461	873	750	-	-	-	-	(3.547)
Alienções e baixas	-	(6.347)	-	-	-	(893)	-	-	-	(7.240)
Provisão para encerramento de lojas	-	(11.587)	-	-	-	-	-	-	-	(11.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.921	473.729	45.801	76.348	48.747	3.058	13.851	76.738	16.045	787.238
Adições	17.518	12.846	3.304	778	1.583	-	-	4.512	-	40.541
Capitalização de juros (CPC 20)	-	1.182	-	-	-	-	-	-	-	1.182
Transferências	(15.933)	13.727	494	725	687	-	-	18	-	(282)
Alienções e baixas	-	(3.347)	-	(11)	(1)	-	-	-	(780)	(4.139)
Provisão para encerramento de lojas	-	5.662	-	-	-	-	-	-	-	5.662
Saldo em 31 de março de 2017	34.506	503.799	49.599	77.840	51.016	3.058	13.851	81.268	15.265	830.202
Taxas de depreciação	-	10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	-
Depreciação										
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(172.625)	(12.144)	(20.718)	(10.674)	(3.435)	(4.221)	(28.255)	-	(250.072)
Depreciação no exercício	-	(28.750)	(3.392)	(6.340)	(3.882)	(233)	(920)	(7.487)	-	(50.984)
Depreciação do custo atribuído (CPC 27)	-	(57)	-	-	-	-	-	-	-	(57)
Depreciação de capitalização de juros (CPC 20)	-	(970)	-	(19)	(2)	-	-	-	-	(991)
Transferências	-	54	-	(2)	(1)	-	-	-	-	51
Alienções e baixas	-	3.463	-	-	-	872	-	-	-	4.335
Provisão para encerramento de lojas	-	9.045	-	-	-	-	-	-	-	9.045
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(189.840)	(15.536)	(27.079)	(14.559)	(2.796)	(5.141)	(33.722)	-	(288.673)
Depreciação no período	-	(9.384)	(1.083)	(1.860)	(1.134)	(43)	(231)	(2.498)	-	(16.233)
Depreciação de capitalização de juros (CPC 20)	-	(296)	-	(29)	(1)	-	-	-	-	(326)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Alienções e baixas	-	2.396	-	11	1	-	-	-	-	2.408
Provisão para encerramento de lojas	-	(4.482)	-	-	-	-	-	-	-	(4.482)
Saldo em 31 de março de 2017	-	(201.606)	(16.619)	(28.957)	(15.693)	(2.839)	(5.372)	(36.221)	-	(307.307)
Valor contábil										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.921	283.889	30.285	49.269	34.188	262	8.710	43.016	16.045	498.565
Saldo em 31 de março de 2017	34.506	302.193	32.980	48.883	35.323	219	8.479	45.047	15.265	522.895

Notas Explicativas

11. Imobilizado--Continuação

O valor registrado como transferência de R\$283, tanto no custo como na depreciação, referem-se a fundo de comércio os quais foram identificados posteriormente e reclassificados para o intangível.

Custo atribuído

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o valor contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. Até 30 de junho de 2016 o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$57. O valor do custo atribuído foi totalmente depreciado no período findo em 30 de junho de 2016.

Capitalização de juros

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$1.182 no período findo em 31 de março de 2017 (R\$6.949 em 31 de dezembro de 2016). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 11,49% a 13,51% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção das benfeitorias em imóveis de terceiros.

Provisão para redução no valor recuperável (impairment)

A Companhia reconheceu uma provisão para encerramento de lojas no montante de R\$1.180, baseado no resultado individualizado de cada loja e expectativa de recuperação dos investimentos.

Adições do imobilizado que não envolveram caixa

A Companhia reconheceu no ativo imobilizado o montante de R\$3.764, referente a arrendamento mercantil financeiro, em contrapartida do passivo, sem efeito de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

12. Intangível

	Vida útil indefinida		Vida útil definida		
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (Key money)	Softwares	Desenvolvimento de websites	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.289	11.023	12.931	63	28.306
Adições	-	2.776	12.185	-	14.961
Baixas	-	(1.295)	-	-	(1.295)
Transferências	-	2.014	1.533	-	3.547
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.289	14.518	26.649	63	45.519
Adições	-	-	2.796	-	2.796
Transferências	-	300	(18)	-	282
Saldo em 31 de março de 2017	4.289	14.818	29.427	63	48.597
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(5.433)	(7.634)	(20)	(13.087)
Amortização	-	(1.613)	(3.097)	(7)	(4.717)
Baixas	-	898	-	-	898
Transferências	-	(51)	-	-	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(6.199)	(10.731)	(27)	(16.957)
Amortização	-	(481)	(1.164)	(1)	(1.646)
Transferências	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de março de 2017	-	(6.680)	(11.894)	(28)	(18.602)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	4.289	8.319	15.918	36	28.562
Em 31 de março de 2017	4.289	8.138	17.533	35	29.995

(*) A amortização do fundo de comércio (Key money) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas.

O valor registrado com transferência refere-se a fundo de comércio anteriormente lançado no grupo de ativo imobilizado. Portanto, foi transferido o valor de custo e sua respectiva depreciação.

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na demonstração dos fluxos de caixa. A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de "Despesas administrativas e gerais".

Notas Explicativas

12. Intangível--Continuação

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

A Companhia aplica teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível, ao final de cada exercício social, na conta de “Marcas e patentes”, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado. Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Fundo de comércio (Key money)

Fundo de comércio (*Key money*) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Desenvolvimento de websites

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

Notas Explicativas**13. Fornecedores****a) Composição da conta**

	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores	865.686	1.019.962
Ajuste a valor presente	(19.546)	(23.050)
Total	846.140	996.912

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 47 e 95 dias e taxa média de captação de recursos.

b) Por vencimento

	31/03/2017	31/12/2016
A vencer		
Entre 1 a 30 dias	342.619	363.492
Entre 31 a 60 dias	232.216	260.375
Entre 61 a 90 dias	86.659	192.282
Mais de 91 dias	192.174	192.429
Subtotal	853.668	1.008.578
Títulos em consignação	12.018	11.384
Total	865.686	1.019.962

c) Concentração da carteira (sem AVP)

	31/03/2017		31/12/2016	
Fornecedores				
Maior fornecedor	94.313	11%	81.656	8%
do 2º ao 25º	452.018	52%	602.690	59%
do 26º ao 50º	134.972	16%	127.209	13%
Demais fornecedores	184.383	21%	208.407	20%
Total	865.686	100%	1.019.962	100%

Notas Explicativas

14. Financiamentos e empréstimos

a) Composição da conta

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	31/03/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a 4,7% a.a.	-	8
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a 8,7% a.a.	-	27
Banco do Brasil	FCO	-	3,5% a.a.	35.954	36.632
Banco do Brasil	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,63% a.a.	113.450	110.324
Banco do Brasil	Capital de giro	-	1,03% a.a.	196.550	-
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	8,5% a.a.	2.403	6.009
Banco do Nordeste do Brasil (i)	FNE	-	3,5% a.a.	58.990	48.553
Banco da Amazônia	FNO	-	10,50% a.a.	9.627	10.854
Bradesco	Finame	-	3% a 3,5% a.a.	1.175	1.378
Itaú	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,24% a 2,40% a.a.	139.671	145.310
Safra	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,20% a.a. a 1,85% a.a.	89.297	92.955
Santander	Capital de giro - swap xUS\$	CDI	1,75% a.a.	55.489	59.948
Total de financiamentos e empréstimos (líquidos das operações com derivativos)				702.606	511.998
Financiamentos e empréstimos - circulante (líquidos das operações com derivativos)				317.742	328.761
Operações com derivativos ativo (passivo) - circulante				(2.566)	18.240
Total dos financiamentos e empréstimos - circulante				315.176	347.001
Financiamentos e empréstimos - não circulante (líquidos das operações com derivativos)				384.864	183.237
Operações com derivativos ativo (passivo) - não circulante				(2.024)	2.220
Total dos financiamentos e empréstimos - não circulante				382.840	185.457

(i) Com o objetivo de financiar a construção de novas lojas, a Companhia aprovou em 26 de dezembro de 2013, junto ao BNB, uma linha de crédito global no montante de R\$76.046, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) à uma taxa efetiva de 4,12% a.a. e bônus de adimplência de 15%. Até 31 de dezembro de 2016 foram liberados R\$52.928. A linha de crédito possui carência de 36 meses, findando-se em 2023.

A Companhia realiza captações em moeda estrangeira na modalidade “4131”, sobre as quais incidem juros pré-fixados e variação cambial. Com o objetivo de proteger suas operações contra riscos de variações na taxa de câmbio, a Companhia contratou operações de “swap”. Mais detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 27.

b) Composição por moeda

	31/03/2017	31/12/2016
Em moeda nacional	304.699	103.460
Em moeda estrangeira, dólar norte-americano - US\$	397.907	408.538
Total	702.606	511.998

As operações em moeda estrangeira estão protegidas por operações de “swap” que mitigam o risco de perdas em caso de valorização da moeda.

Notas Explicativas

14. Financiamentos e empréstimos--Continuação

c) Cronograma de desembolso

	31/03/2017	31/12/2016
Vencimentos		
2017	307.342	328.761
2018 (*)	108.259	104.984
2019	226.556	25.164
Após 2019	60.449	53.089
Total	702.606	511.998

* Desse montante de 2017, R\$ 10.400 refere-se a valores de circulante.

d) Movimentação da conta

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2016	511.998
Captação de financiamentos e empréstimos	212.720
Juros provisionados	4.953
Principal pago	(33.619)
Juros pagos	(2.976)
Variação cambial	(12.102)
Ganho (perda) com operações de swaps não liquidados	25.050
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para hedge accounting e classificados como Fair Value Option	127
Realização (constituição) de tarifas antecipadas	93.545
Saldo em 31 de março de 2017	702.606

e) Garantias

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, apresentadas na Nota Explicativa nº 9 - Partes relacionadas, ainda existem outros tipos de garantias para os financiamentos e empréstimos contratos pela Companhia, conforme discriminadas no quadro abaixo:

	31/03/2017	31/12/2016
Banco/garantia		
Banco do Brasil	114.113	38.516
Imóvel da parte relacionada Dupar Participações S.A.	10.900	10.900
Alienação fiduciária de bens	-	35
Cessão fiduciária de direitos creditórios	103.213	27.581
Basa	-	8.526
Cessão fiduciária de direitos creditórios	-	8.526
Bradesco	1.175	1.378
Alienação fiduciária de bens	1.175	1.378
Itaú	34.917	36.327
Cessão fiduciária de direitos creditórios	34.917	36.327
Safra	70.688	62.668
Cessão fiduciária de direitos creditórios	20.688	21.668
Fiança para a operação FNE ref. ao contrato No. 12.2013.12124.13211 com o BNB	41.000	41.000
Fiança do Banco Safra para a operação FNO ref. ao contrato No. 149-15/0013-9 com o BASA	9.000	-
Banco Daycoval	20.000	9.000
Fiança do Banco Daycoval para a operação FNE ref. ao contrato No. 12.2013.12124.13211 com o BNB	20.000	9.000

Notas Explicativas

14. Financiamentos e empréstimos--Continuação

f) Cláusulas restritivas

A Companhia não possui contratos de financiamentos e empréstimos com covenants.

15. Debêntures

a) Composição da conta

	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Qtde. debêntures (unidades)</u>	<u>Montante de emissão</u>	<u>Encargos</u>	<u>Garantias</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2ª emissão	18/12/2013	18/12/2017	10.000	R\$ 100.000	CDI + 1,20%	Real e fidejussória	31.189	30.095
3ª emissão	08/12/2014	08/12/2018	11.400	R\$ 114.000	CDI + 1,50%	Real e fidejussória	71.675	69.184
Total							102.864	99.279
Circulante							68.511	65.002
Não circulante							34.353	34.277

b) Movimentação da conta

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	99.279
Juros provisionados	3.408
Realização (constituição) de tarifas antecipadas	177
Saldo em 31 de março de 2017	102.864

c) Cronograma de desembolso

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Vencimentos		
2017	68.511	65.002
2018	34.353	34.277
Total	102.864	99.279

Notas Explicativas

15. Debêntures--Continuação

d) Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cede fiduciariamente e transferiu, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale a três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrada uma fiança em nome do acionista, Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

e) Cláusulas restritivas (Covenants)

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados semestralmente pelo agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu o índices requeridos. A apuração dos covenants financeiros, previamente obrigatórios de apuração trimestral passam a ter periodicidade semestral a partir de 31 de dezembro de 2016.

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	<u>Índice requerido</u>	<u>Índice obtido em 31/12/2016</u>
Dívida financeira líquida/EBITDA	= < 3 vezes	2,27
EBITDA/resultado financeiro	> = 1,3 vezes	1,31

Notas Explicativas**16. Operações de arrendamento mercantil**Financeiro

A Companhia contratou arrendamento mercantil para aquisição de equipamentos de informática os quais compõem o imobilizado. Esses arrendamentos tem prazos de renovação, mas as renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento.

Os pagamentos mínimos a título de arrendamento e calculados a valor presente é de R\$27.219, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Pagamentos mínimos a valor presente	29.193	26.310
(-) Encargos financeiros a apropriar	(1.974)	(2.060)
	27.219	24.250
Circulante	7.259	6.062
Não circulante	19.960	18.188

Os valores dos ativos registrados no imobilizado, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro, estão demonstrados a seguir:

Categoria de ativo	31/03/2017	31/12/2016
Equipamentos de informática	30.376	26.611
(-) Depreciação acumulada	(5.074)	(3.655)
	25.302	22.956

No período apresentado, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

Operacional

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados no seguinte fluxo de pagamentos:

Vencimentos	31/03/2017	31/12/2016
2017	169.395	168.685
2018	120.690	129.024
2019	95.655	95.031
2020	75.466	78.021
Após 2020	218.943	191.917
	680.149	662.678
Terceiros	562.055	546.458
Partes relacionadas	118.094	116.220
Total	680.149	662.678

Notas Explicativas

16. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

Operacional--Continuação

Em 31 de março de 2017, a Companhia possui contratos de arrendamento operacional os quais se referem aos aluguéis das lojas, dos centros de distribuições, da matriz da Companhia e de alguns estacionamentos

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os contratos de aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato. Para a projeção dos contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e para as partes relacionadas à taxa de oportunidade da Companhia.

Para os aluguéis relativos à parte relacionada, Dupar Participações S.A. foi considerado o valor mínimo dos aluguéis dos imóveis que é de R\$9,4, atualizado anualmente pelo IGP-M, ou o percentual de 2,5% do faturamento da respectiva loja, o que for maior.

Foi reconhecido como despesa com aluguéis no resultado de 2017 o montante de R\$49.875, referente aos arrendamentos operacionais (R\$39.734 em 2016).

Notas Explicativas**17. Impostos e contribuições a recolher**

	31/03/2017	31/12/2016
Circulante		
Refis - Lei nº 12.996/2014	3.112	3.042
Parcelamento – ICMS	2.594	2.908
ICMS	46.045	45.051
IRPJ/CSLL	5.047	4.702
ISS	834	668
INSS/FGTS	20.286	20.196
Outros	2.180	1.153
Subtotal	80.098	77.720
Não circulante		
Refis - Lei nº 12.996/2014	21.376	22.807
Parcelamento – ICMS	2.850	392
Outros	808	878
Subtotal	25.034	24.077
Total	105.132	101.797

Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

A Companhia aderiu, em 24 de setembro de 2015, ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), utilizando-se dos benefícios advindos da Lei nº 12.996/2014. Os débitos incluídos no programa referem-se a autuações fiscais relativas aos tributos IOF, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. Os valores homologados foram R\$19.160 em 2015 e R\$19.236 em 2016.

Na adesão ao programa, a Companhia desistiu das respectivas ações judiciais e administrativas de contestação dos débitos em razão das reduções das multas de mora e de ofício e dos juros de mora previstas em lei e parcelou o valor relativo ao principal no montante de R\$19.160 em 179 meses referente aos débitos de PGFN e RFB e o montante de R\$19.236 em 119 meses referente a débitos de Previdenciários, ambos sujeitos à incidência de atualização pela taxa SELIC. Abaixo apresenta-se a movimentação do REFIS.

	Saldo em 31/12/2016	Atualizações	Pagamentos/ compensações	Saldo em 31/03/2017
Previdenciários	19.812	393	(655)	19.550
Outros	6.037	115	(1.214)	4.938
Total	25.849	508	(1.869)	24.488

Notas Explicativas

18. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e administrativas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No período findo em 31 de março de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia constituiu provisão para processos judiciais mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a) Composição da conta

	31/03/2017	31/12/2016
Administrativas	176	121
Cíveis	1.238	1.014
Trabalhistas	6.684	5.592
Tributárias	410	132
Total	8.508	6.859

O valor provisionado referente às contingências cíveis acima descritas são formados por causas cujos valores individuais pulverizados são decorrentes, principalmente, de processos judiciais de danos morais e/ou materiais e relações consumeristas.

O saldo das contingências trabalhistas são formados por causas cujos valores individuais pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$154.672 e R\$124.552, respectivamente, para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas**18. Provisão para processos judiciais--Continuação**b) Movimentação dos processos no período

2017	Saldo inicial 31/12/2016	Adição à provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/03/2017	
Administrativas	120	60	(5)	175	
Cíveis	1.014	234	(10)	1.238	
Trabalhistas	5.593	1.363	(271)	6.685	
Tributárias	132	301	(23)	410	
Total	6.859	1.958	(309)	8.508	

2016	Saldo inicial 31/12/2015	Adição à provisão	Reversão à provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/2016
Administrativas	183	130	(141)	(52)	120
Cíveis	1.073	354	-	(413)	1.014
Trabalhistas	1.506	10.556	-	(6.469)	5.593
Tributárias	-	135	-	(3)	132
Total	2.762	11.175	(141)	(6.937)	6.859

19. Patrimônio líquidoa) Capital social

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia é de R\$382.727, representado por um total de 342.726.580 ações ordinárias. O capital social autorizado da Companhia é de 45.000.000 de novas ações ordinárias.

Notas Explicativas

19. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2015 a reserva de ágio na emissão de ações totaliza um montante de R\$397.357, conforme celebração do Acordo de Investimentos entre Empreendimentos Pague Menos S.A. e General Atlantic Brasil Investimentos S.A. e respectivo Boletim de Subscrição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrado a débito desta conta os valores referentes ao custo na emissão de novas ações de R\$11.391. Conforme descrito na nota 20, a Companhia mantém um plano de remuneração baseado em ações, cujas opções outorgadas em 29 de julho de 2016 totalizaram R\$4.190, e foram registradas nas reservas de capital como opções outorgadas reconhecidas, cujo prazo de exercício de até 4 (quatro) anos a partir da data da outorga.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de março de 2017 o saldo de reserva legal é R\$30.919.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23 - Subvenção governamental. Em 31 de março de 2017 o saldo do incentivo fiscal é de R\$74.027.

Notas Explicativas

19. Patrimônio Líquido--Continuação

d) Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei.

As remunerações aos acionistas referentes ao exercício de 2016 foram pagas em forma de juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia e de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95.

O Conselho de Administração aprovou para o exercício de 2016 o pagamento de R\$39.679 (R\$27.456 em 2015).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos do ICPC 08.

A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido	41.719
(-) Reserva legal	(2.086)
(-) Reserva de incentivo fiscal	-
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	46
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	39.679
Dividendos mínimos obrigatórios	25%
Dividendo anual - mínimo obrigatório	9.920
Juros sobre capital próprio calculado	39.679
Juros sobre capital próprio - excedente ao mínimo obrigatório	<u>29.759</u>

Não houve pagamentos de dividendos antecipados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Notas Explicativas

20. Plano de remuneração baseado em ações

O Plano de remuneração baseado em ações da Companhia tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; (c) possibilitar à Companhia atrair e manter a ela vinculadas as pessoas elegíveis e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e empregados.

Em 29 de julho de 2016 (Data de Outorga) o Conselho de Administração aprovou a outorga de Opções às pessoas elegíveis (Outorgados). O preço de exercício das Opções outorgadas foi de R\$10,30 (Preço de Exercício) por ação, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M desde 29 de julho até o efetivo exercício das respectivas Opções.

Cada Opção dará direito ao Outorgado de adquirir 1 (uma) Ação formalizados através de contratos de opções. O preço de aquisição pago pelo Outorgado à Companhia em contrapartida às Opções outorgadas foi de R\$1,72 (Preço de Aquisição).

As opções serão exercíveis em um prazo de até quatro anos a partir da data de concessão caso o colaborador ainda estiver empregado naquela data. Caso contrário, as opções preescrevem. A Companhia terá o direito de recomprar até o limite de 100% das Opções detidas pelos Outorgados, pelo valor do Preço de Aquisição, devidamente corrigido pelo IGP-M desde a data de outorga das respectivas Opções, nesse caso, o limite previsto acima será reduzido à razão de 1/48 avos, por mês, contados da Data de Outorga, desde que: (i) o outorgado desligue-se da Companhia por vontade própria; (ii) o outorgado for desligado da Companhia sem justa causa; (iii) o outorgado for desligado por aposentadoria normal ou invalidez; ou (iv) o outorgado for desligado por falecimento. Em caso de demissão por justa causa as Opções detidas pelo Outorgado poderão ser adquiridas pela Companhia, a seu exclusivo critério.

O valor justo das Opções foi estimado com base em modelo binomial de precificação das opções devido à sua flexibilidade no que tange às premissas e seu perfil mais simples.

A tabela a seguir apresenta o número e o preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	31/03/2017			
	No ações outorgadas	Preço de aquisição	Preço de exercício	Opções outorgadas
Em aberto em 31 de dezembro de 2016	2.435.604	1,72	10,30	4.190
Concedidas durante o período	-	-	-	-
Em aberto em 31 de março de 2017	2.435.604	1,72	10,30	4.190

Não há média ponderada das opções de ações visto que todos os elegíveis do plano adquiriram as opções pelo mesmo preço. E também não houve opções expiradas durante o trimestre findo em 31 de março de 2017.

Notas Explicativas

21. Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia em 31 de março de 2017 e 2016, e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, conforme o quadro abaixo:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	6.953	3.728
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	342.726	300.000
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,02	0,01

22. Subvenção governamental

A Companhia possui Regime Especial de Tributação (RET) relativo à circulação de mercadorias (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido ao Estado do Ceará e Goiás.

O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias transferidas para outras unidades da federação e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida.

A Companhia tem atendido sistematicamente às exigências do Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação do Ceará, que basicamente são: (i) o aumento do volume de arrecadação do ICMS; (ii) incremento da geração de empregos; (iii) aquisição de ativo imobilizado; (iv) abertura de novas lojas; e (v) a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem apenas da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos.

Notas Explicativas

22. Subvenção governamental--Continuação

A subvenção do Ceará vem sendo concedida ao longo dos últimos 10 anos e sua última prorrogação, concedida por mais um ano, em 1º de junho de 2016 retroativa ao último vencimento, com vigência até 31 de maio de 2017. A Companhia apurou o montante de R\$11.436 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado do Ceará no período findo em 31 de março de 2017 (R\$11.745 em 2016).

A subvenção de Goiás foi concedida em 25 de abril de 2014, com prazo de vigência indeterminado, desde que a Companhia cumpra as metas de recolhimento e pagamento do ICMS normal devido ao Estado de Goiás.

A Companhia apurou o montante de R\$8.713 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado de Goiás no período findo em 31 de março de 2017 (R\$7.749 em 2016).

Os valores apurados de ambas as subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e reconhecidos como reducos do custo das mercadorias vendidas devidamente apropriados em conta de reserva e destinadas anualmente para a reserva de incentivo fiscal.

23. Receita operacional líquida

	31/03/2017	31/03/2016
Receita operacional bruta	1.531.424	1.310.717
Venda de mercadoria	1.539.118	1.317.197
Serviços prestados	6.964	4.984
Ajuste a valor presente (a)	(14.658)	(11.464)
Deduções	(70.301)	(51.469)
Impostos sobre vendas	(60.407)	(42.921)
Devoluções e abatimentos	(9.894)	(8.548)
Receita operacional líquida	1.461.123	1.259.248

(a) Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média de captação e um prazo médio de recebimento entre 48 e 54 dias para cálculo e registro do ajuste a valor presente.

Notas Explicativas**24. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado**

Classificados na demonstração do resultado:

	31/03/2017	31/03/2016
Custo das mercadorias vendidas	(1.009.911)	(871.263)
Despesas com vendas	(364.932)	(289.913)
Despesas administrativas e gerais	(47.467)	(40.241)
Total de custos e despesas	(1.421.310)	(1.201.417)

Classificados por natureza:

	31/03/2017	31/03/2016
Custo de aquisição de mercadorias	(1.009.911)	(871.263)
Despesas com pessoal	(230.640)	(193.222)
Despesas com aluguéis	(53.765)	(41.858)
Despesas gerais (*)	(108.789)	(83.753)
Depreciação e amortização	(18.205)	(11.321)
Total de custos e despesas	(1.421.310)	(1.201.417)

(*) As despesas gerais abrangem todas as despesas com fretes, publicidade e propaganda, taxas de administradores de cartão de crédito, com utilidades e serviços e impostos, taxas e contribuições referente ao funcionamento das lojas, centros de distribuições e matriz.

Notas Explicativas

25. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras(*)	2.482	9.230
Ganhos com operações de <i>swap</i> – AVM	2.704	17.084
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>hedge accounting</i> e classificados como <i>Fair Value Option</i>	432	43.663
Ajuste a valor presente (AVP)	14.234	4.988
Variação cambial	20.666	112.478
Outras receitas financeiras	1.247	739
Total de receita financeira	41.765	188.182
(*) Receita financeira líquida dos respectivos impostos incidentes.		
	31/03/2017	31/03/2016
Despesas financeiras		
Juros provisionados	(7.351)	(17.483)
Perdas com operações de <i>swap</i> – AVM	(27.706)	(110.120)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>hedge accounting</i> e classificados como <i>Fair Value Option</i>	(558)	(49.676)
Outras despesas financeiras	(579)	(647)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-	(4.389)
Ajuste a valor presente (AVP)	(29.285)	(38.331)
Variação cambial	(8.564)	(32.485)
Total de despesa financeira	(74.043)	(253.131)
Resultado financeiro	(32.278)	(64.949)

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se à caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, operações de *swap*, financiamentos e empréstimos e debêntures.

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em suas debêntures (cláusulas restritivas).

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco revisando e estabelecendo políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Exposição a riscos de crédito

Instrumentos financeiros (swaps) e depósitos em dinheiro

A Companhia detinha em saldos ativos a receber de instrumentos financeiros (*swaps*) e depósitos em dinheiro com instituições financeiras um montante de R\$229.645 em 31 de março de 2017 (R\$105.778 em 31 de dezembro de 2016), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são mantidos em instituições financeiras sólidas e de primeira linha. Esses saldos são pulverizados nessas instituições a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência da contraparte. Quanto à exposição dos instrumentos financeiros (*swaps*), a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das liquidações com ganhos ou perdas visto que tais contratos de *swaps* são contratados simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira com as mesmas instituições financeiras consideradas sólidas e de primeira linha.

Contas a receber

A Administração entende que a Companhia possui baixo risco de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais, não possuindo qualquer cliente que exceda o limite de 10% da receita bruta e as suas vendas são efetuadas, em sua grande maioria, à vista (dinheiro), portanto sem risco, ou via cartões de crédito ou débito, cujos repasses são responsabilidade das administradoras de cartões.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

Notas Explicativas**26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco**

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--ContinuaçãoExposição a riscos de crédito--*Continuação**Contas a receber--Continuação*

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito investindo apenas em títulos com alta liquidez e de instituições financeiras de primeira linha, líderes de mercado. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos das instituições financeiras em que opera. Por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de cartões de crédito a receber, por idade de vencimento:

	31/03/2017	31/03/2016
A vencer		
1 a 30 dias	221.028	182.198
31 a 60 dias	111.964	87.106
61 a 90 dias	47.729	38.624
Acima de 90 dias	33.020	26.556
Vencidos	51	-
Total	407.013	334.484

Notas Explicativas**26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco**

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

Em 31 de março de 2017	Valor Contábil	Valor contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	258.696	258.696	258.696	-	-	-
Contas a receber de clientes sem efeito do AVP e PCLD (Nota 5)	465.548	465.548	465.548	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 13)	865.686	865.686	865.686	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	702.606	702.606	317.742	305.922	48.353	30.518
Debêntures (Nota 15)	102.864	102.864	68.511	34.353	-	-
Arrendamento operacional (Nota 9 e 16)	7.480	680.149	169.395	120.690	234.642	155.422
Em 31 de dezembro de 2016	Valor Contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	144.152	144.152	144.152	-	-	-
Contas a receber de clientes sem efeito do AVP e PCLD (Nota 5)	438.048	438.048	438.048	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 13)	1.019.962	1.019.962	1.019.962	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 14)	511.998	518.022	336.077	108.388	45.065	28.492
Debêntures (Nota 15)	99.279	99.584	64.917	34.667	-	-
Arrendamento operacional (Notas 9 e 16)	13.933	787.500	181.684	147.352	281.956	176.508

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se aos riscos relacionados ao aumento dos preços dos medicamentos e às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

O índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão do caixa líquido ou da dívida líquida pelo patrimônio líquido. O caixa líquido ou a dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	805.470	611.277
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(258.696)	(144.152)
Dívida líquida	<u>546.774</u>	<u>467.125</u>
Patrimônio líquido	<u>873.031</u>	<u>877.829</u>
Índice de alavancagem	<u>0,63</u>	<u>0,53</u>

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Risco de oscilação nos preços

O risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de março de 2017 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 12,13% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de março de 2017, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre janeiro de 2016 e janeiro de 2029) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de março de 2017:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(198.939)	5.283	571	(4.141)
Debêntures	Alta do CDI	(102.864)	1.964	(664)	(3.292)
Refis	Alta SELIC	24.487	-	(502)	(1.004)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	49.770	-	(1.509)	(3.019)

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco --Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros--Continuação

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de março de 2016:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(20.716)	52	(667)	(1.386)
Debêntures	Alta do CDI	(232.544)	1.174	(6.747)	(14.668)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	268.856	-	(9.497)	(18.995)

De acordo com as análises apresentadas, a Companhia apuraria despesa nos cenários Provável, I e II. A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida à TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. Não ha saldo da dívida exposto em TJLP em 31 de março de 2017 (R\$114 em 2016). A Administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Risco cambial

Sobre o risco proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de operações de *swaps* com o propósito de mitigar perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas do Real (R\$) perante as captações em moedas estrangeiras. Essas operações estão casadas em termos de instituição bancária, valor, prazos e taxas de juros.

Portanto, a Companhia não fica sujeita ao risco de aumento ou decréscimo do dólar, em virtude de ter trocado a sua exposição passiva de moeda estrangeira para CDI + taxa pré, transformando, assim, o custo da dívida (vide Nota Explicativa nº 14) para moeda e taxa de juros locais, variando entre CDI + 1,00% a 2,40% a.a. Esses contratos possuem, em 31 de março de 2017, um valor de referência de R\$ 357.530 (R\$ 378.552 em 31 de dezembro de 2016). Para não sofrer o impacto da contabilização a valor justo desses *swaps*, a Companhia adotou a contabilidade de *hedge*, e mensura os financiamentos e empréstimos, os quais seriam contabilizados ao custo amortizado, a valor justo, ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge* designados, explanado em tópico específico a seguir.

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco --Continuação

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Risco cambial--Continuação

A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem. E, ainda, a Companhia adota a política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja exposição significativa a nenhuma das duas modalidades.

O saldo do *swap* no balanço patrimonial da Companhia é demonstrado a seguir:

Saldo swap	31/03/2017	31/12/2016
Ativos em moeda estrangeira - saldo ativo de <i>swaps</i>	-	20.460
Passivos em moeda estrangeira - saldo passivo de <i>swaps</i>	4.589	-

Análise de sensibilidade do câmbio

Mesmo considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* e contabilidade de *hedge*, contratados para proteção cambial e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao real em decorrência da atual condição de mercado não causa efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir as análises de sensibilidade cambial para fins de cumprimento de divulgação.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<i>Em 31 de março de 2017</i> (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(107.232)	(205.286)
<i>Em 31 de dezembro de 2016</i> (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(67.200)	(175.320)

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco --Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos

a) Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificados a seguir:

Descrição	31/03/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	258.696	258.696	144.152	144.152
Contas a receber de clientes	454.236	454.236	427.158	427.158
Outros passivos financeiros				
Fornecedores (sem efeito do AVP)	865.686	865.686	1.019.962	1.019.962
Financiamentos e empréstimos	(596.043)	(616.012)	(408.176)	(435.803)
Debêntures	(102.864)	(102.476)	(99.279)	(98.784)
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo				
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(106.563)	(106.563)	(103.822)	(103.822)
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	(4.190)	(4.190)	(4.190)	(4.190)
Valor justo - instrumentos de hedge				
Swaps de câmbio - saldo ativo (passivo)	(4.589)	(4.589)	20.460	20.460

b) Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco

--Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

b) Hierarquia do valor justo--Continuação

Descrição	31/03/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	(4.190)
Financiamentos e empréstimos	-	(616.012)	-
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	-	(106.563)	-
Debêntures	-	(102.476)	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo <i>swaps</i>	-	(4.190)	-

Descrição	31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações - Opções outorgadas	-	-	(4.190)
Financiamentos e empréstimos	-	(435.803)	-
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	-	(103.822)	-
Debêntures	-	(98.784)	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo <i>swaps</i>	-	20.460	-

Não houve transferências entre os níveis para os exercícios apresentados.

c) Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

Financiamentos e empréstimos e debêntures - outros passivos financeiros

O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como patrimônio líquido já que nosso plano é considerado totalmente *vested*.

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2017 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco --Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Mensuração do valor justo--Continuação

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis--Continuação

Financiamentos e empréstimos designados para Hedge Accounting

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos relacionados ao risco objeto de *hedge*, ou seja, aos *swaps* contratados pela Companhia que satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual reflete a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

Em 31 de março de 2017 a Companhia não possuía operações contabilizadas de acordo com a contabilidade de *hedge*.

Financiamentos e empréstimos designados a Fair Value

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial a valor justo que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread*, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

Notas Explicativas

26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco --Continuação

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Mensuração do valor justo--Continuação

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis--Continuação

Financiamentos e empréstimos designados para Hedge Accounting e Fair Value--Continuação

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos financiamentos e empréstimos designados a Hedge accounting e Fair Value mensurados a valor justo.

Descrição	31/03/2017			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(106.563)	(106.563)	(559)	432
Descrição	31/12/2016			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(103.822)	(103.822)	(76.439)	88.431
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge accounting</i> - contratos efetivos	-	-	(5.464)	3.842

Instrumentos financeiros derivativos - Swaps

Essa categoria inclui os *swaps*, contratados pela Companhia que satisfazem ou não os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se das taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração.

As operações com *swap* estão impactando o grupo de "Financiamentos e empréstimos" (vide Nota Explicativa nº 14) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa nº 25).

Com o objetivo de proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de *swap* para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

Notas Explicativas**26. Instrumentos financeiros, contabilidade de hedge e gerenciamento de risco**
--Continuação**Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos**--Continuaçãoc) **Mensuração do valor justo**--ContinuaçãoInstrumentos financeiros derivativos - *Swaps*--Continuação

A Companhia recebe juros variáveis entre 1,76% a 5,95% a.a. sobre o valor nominal em dólar (parcela ativa) e paga entre 1,00% a 2,60% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor de referência em reais na data da contratação (parcela passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício, nas contas de "Receitas e despesas com operações de *swap*".

Para o período findo em 31 de março de 2017 a perda foi de R\$25.002, em 31 de março de 2016 foi R\$93.036, e em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 196.996.

Fluxo	Valor principal (R\$ mil)		Índice	Taxa a.a.
	31/03/2017	31/12/2016		
Swap CDI vs. taxa flutuante em US\$				
Ativo	25.953	40.909	US\$ +	1,76% a 5,95%
Passivo	(30.542)	(20.449)	CDI +	0,93% a 2,60%
Valor justo do swap	(4.589)	20.460		

* * *

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor-Presidente

Josué Ubiraniilson Alves
Diretor Vice-Presidente Administrativo

Luiz Renato Novais
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos negócios

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Vice-Presidente comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor de Sistemas e Logística

Notas Explicativas

Rosilândia Maria Alves de Queirós Lima
Diretora de Gerenciamento de Categorias

Patrícia Freitas Austregésilo Bezerra
Diretor de Compras

Aline Couto Alves Girão
Diretora de Vendas

Aline Mota Albuquerque Loureiro
Diretora de Marketing

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador CRC CE 8408

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais

Aos
Administradores e Acionistas da
Empreendimentos Pague Menos S.A.
Fortaleza - CE

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações do resultado e do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias em 24 de março de 2017, sem modificação.

Fortaleza, 12 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-T-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Fortaleza, 12 de maio de 2017.

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor Presidente

Josué Ubiraniilson Alves
Diretor Vice-Presidente Administrativo

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora Vice-Presidente Comercial

Luiz Renato Novais
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos Negócios

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Rosilândia Maria Alves de Queirós
Diretora de Gerenciamento de Categorias

Patrícia Freitas Austregésilo Bezerra
Diretora de Compras

Aline Couto Alves Girão
Diretora de Vendas

Aline Mota Albuquerque Loureiro
Diretora de Marketing

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Revisão Especial favorável sem ressalvas dos auditores independentes, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Fortaleza, 12 de maio de 2017.

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor Presidente

Josué Ubiraniilson Alves
Diretor Vice-Presidente Administrativo

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora Vice-Presidente Comercial

Luiz Renato Novais
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos Negócios

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Rosilândia Maria Alves de Queirós
Diretora de Gerenciamento de Categorias

Patrícia Freitas Austregésilo Bezerra
Diretora de Compras

Aline Couto Alves Girão
Diretora de Vendas

Aline Mota Albuquerque Loureiro
Diretora de Marketing